



BOLETIM

# ENCCLA 2018

Estratégia Nacional de Combate à  
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 45 – dezembro de 2017



Foto: Isaac Amorim/MJSP

Realizada entre 20 e 24 de novembro em Campina Grande/PB, a XV Reunião Plenária da ENCCLA marcou o encerramento de um ciclo, com a aprovação dos resultados das Ações de 2017, e o início de um novo, com o delineamento das Ações a serem desenvolvidas em 2018.

Os [resultados das Ações de 2017](http://www.enccla.gov.br) foram publicados no endereço eletrônico da Estratégia (<http://www.enccla.gov.br>). Conforme deliberado na Plenária, esta Secretaria Executiva está dando os devidos encaminhamentos aos produtos. Contamos com o auxílio dos colaboradores dessas Ações para que seus produtos tenham a desejada efetividade – sobretudo nos casos em que o êxito da implementação depende de articulação junto a outros órgãos e entidades, a exemplo de anteprojetos de lei e de pedidos de providência ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O monitoramento desses resultados é tarefa fundamental. Dar-lhes transparência é uma forma de prestar contas e de chamar a sociedade a prestar apoio aos trabalhos da Estratégia.

Para o desenvolvimento das Ações de 2018, já estão em curso atividades preparatórias, como o envio de comunicados oficiais para os membros da ENCCLA indicarem seus representantes nas iniciativas para as quais desejam contribuir. No início do ano, de posse dessas informações, a Secretaria Executiva iniciará os contatos com os coordenadores das Ações para definir as propostas de planos de trabalho e convocar as primeiras reuniões dos GTs.

É o momento de celebrar os resultados de 2017 e refletir sobre sua melhor implementação. Em outra frente, é a oportunidade para, em linha com o mandato conferido pela XV Reunião Plenária, planejar as Ações de 2018, aproveitando os benefícios da ação integrada dos diversos membros da ENCCLA e tendo espírito de inovação para propor novas soluções a problemas que se tornam cada vez mais complexos.

Desejamos Boas Festas aos participantes da ENCCLA! Que a virada de ano traga novo ânimo a nossas atividades! Uma tradição da ENCCLA é saber se renovar.

Secretaria Executiva

# CURTAS

## Conheça as Ações Enccla 2018

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)*

# MATÉRIAS

Receita Federal do Brasil - RFB

Receita Federal disponibiliza dados de quadros societários e de administradores (QSA) em sua página na Internet



*A publicação das informações de QSA cumpre exigências relativas à divulgação de dados abertos*

A Receita Federal, em cumprimento às determinações contidas no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, disponibilizou, em seu sítio da internet, os dados referentes aos quadros societários e de

administradores das pessoas jurídicas. Com esse novo serviço, a consulta a esses dados poderá ser realizada, instantaneamente, por meio do endereço "web": <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/dados-abertos-do-cnpj>.

As informações disponibilizadas estão agrupadas por UF e são acessadas por meio de download de arquivos. Para isso, basta clicar no "hiperlink" relacionado à UF de interesse. Os dados serão atualizados semestralmente, tendo em vista os custos envolvidos.

Este novo serviço vem suprir uma demanda da sociedade que, de forma recorrente, tem solicitado a disponibilização da base de dados do CNPJ, na íntegra ou parcial, o que implica esforços significativos da instituição para seu atendimento.

*Informações Assessoria de Imprensa da RFB*

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF

### Reunião Plenária da Enccla aprova medidas contra corrupção



24/11/2017 - Encerrou na última quinta-feira (23/11), a 15ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), em Campina Grande (PB). A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) foi uma das entidades participantes do evento, que começou na segunda-feira (20/11) para avaliar os trabalhos desenvolvidos ao longo de 2017 e definir a estratégia para o ano seguinte.

Os representantes de mais de 70 órgãos dos três poderes da República e da sociedade civil estiveram reunidos para aprovar as 11 ações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro adotadas neste ano e, ao fim do último dia de reunião, anunciar as 11 novas ações de combate a esses crimes para 2018. A Associação foi representada pelo Presidente, Dr. Carlos Eduardo Sobral, e pelo Presidente eleito, Dr. Edvandar Felix de Paiva, que assume a entidade no dia 1º de dezembro.

A Enccla foi criada em 2003 para facilitar a articulação e somar esforços de órgãos e instituições públicas e privadas que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Ao longo desses anos, os trabalhos desenvolvidos pela Enccla trouxeram diversos resultados positivos no combate ao crime de lavagem de dinheiro e às práticas de corrupção como, por exemplo, a lei que define organização criminosa e disciplina diversas técnicas especiais de investigação, entre elas a

colaboração premiada (Lei nº 12.850/2013), alterações das leis sobre lavagem de dinheiro (Lei nº 12.683/2012), e a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas (Lei nº 12.846).

Uma das principais ações adotadas ao longo deste ano foi a ampliação do compartilhamento de dados para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Para auxiliar nesse objetivo, os órgãos divulgaram modelos de solicitação de compartilhamento de dados, para padronizar o intercâmbio de informações.

A elaboração de um diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico, também foi uma ação destacada durante 2017. As instituições contribuíram realizando um levantamento de tipologias de lavagem de dinheiro e corrupção com essas formas de pagamento, além da elaboração de um glossário sobre moedas virtuais.

Entre as ações definidas para o próximo ano estão: "Ação 1/2018 Elaborar e aprovar Plano Nacional de Combate à Corrupção"; "Ação 5/2018 Elaborar propostas de medidas voltadas ao combate a corrupção privada"; e "Ação 6/2018 Consolidar a estratégia para fortalecer a Prevenção Primária da Corrupção".

Ao final desta edição foram feitas declarações sobre a necessidade de institucionalizar o Comitê Nacional de Análise de Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo e outra sobre a reforma dos Tribunais de Contas.

Banco Central do Brasil - BCB

### **Ação coordenada pelo BCB ganha destaque na XV Reunião Plenária da ENCCLA**



Coordenada pelo Banco Central durante o último ano na [Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro \(ENCCLA\)](#), a Ação 8 - Elaborar diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico foi destaque na XV Reunião Plenária da Estratégia, que ocorreu entre 20 e 24 de novembro, em Campina Grande, na Paraíba. O diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Isaac Sidney, participou do encontro e apresentou os resultados dos produtos elaborados e colocados em prática neste ano. "O sucesso das várias ações da ENCCLA deve-se ao trabalho integrado, essencial para evitar múltiplos prejuízos causados pela lavagem de dinheiro, sob as óticas criminal e econômica", afirmou.

A Ação 8, que contou com a colaboração de outros 20 órgãos, entre os quais a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Ministério Público Federal (MPF), a Receita Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), previa a entrega de três produtos.

O primeiro, um manual contendo delimitação conceitual da moeda virtual, que resultou em um glossário com termos relacionados a moedas virtuais. O segundo, um levantamento de tipologias de lavagem de dinheiro e corrupção praticadas com uso de moedas virtuais e meios de pagamentos eletrônicos, o qual

traz a descrição, os principais sinais de alerta e a representação gráfica dos casos, para facilitar o entendimento. O terceiro, a realização de um seminário, ocorrido em setembro deste ano, no Ministério da Justiça. O workshop “Moedas Virtuais e Meios Eletrônicos de Pagamento”, aberto a todos os órgãos da Enccla, contou com painelistas nacionais e internacionais e reuniu mais de 70 pessoas de 20 diferentes organizações. Servidores de diferentes unidades do BC colaboraram para as entregas.

“A ação cumpriu plenamente seu objetivo, promovendo o nivelamento do conhecimento entre os órgãos participantes, mas entendeu-se necessário dar continuidade às discussões sobre o assunto, com outra ação a ser conduzida em 2018, sob coordenação da Receita Federal”, afirmou Isaac Sidney, ressaltando que, devido à complexidade do tema, é necessária uma abordagem multidisciplinar. Clique para obter mais informações sobre os [resultados das 11 ações da ENCCLA 2017](#).

### Saiba mais

A ENCCLA foi criada em 2003 com o objetivo de articular órgãos e instituições públicas e privadas que atuam na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Ela é composta atualmente por mais de 70 órgãos, dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil. Os participantes se reúnem anualmente em plenária para traçar ações que serão executadas no ano seguinte. [Veja as ações que serão executadas ao longo de 2018](#).

### Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

#### **Aprovada a continuidade para 2018 da ação de combate à corrupção do CNMP**



24/12/2017 - A continuidade para 2018 da ação coordenada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que busca consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção, fomentando a integridade social e a educação para a cidadania, foi integralmente aprovada na sessão de encerramento da 15ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). A aprovação aconteceu nessa quinta-feira, 23 de novembro, em Campina Grande-PB, onde mais de 70 órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e sociedade civil estão reunidos desde o dia 20 deste mês.

A referida ação é a de número 6 da Enccla e também é coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU), sendo coordenadora adjunta a Secretaria de Governo da Presidência da República. Por ter sido escolhida, no último dia 17, como destaque do ano, a iniciativa foi apresentada pelo conselheiro do CNMP e presidente do Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC), Silvio Amorim (foto), pelo

ex-conselheiro do CNMP Fábio George Cruz da Nóbrega e pela membro auxiliar do FNCC, Luciana Asper (foto).

Silvio Amorim aproveitou para convidar todos os participantes da Enccla para o evento que acontecerá dia 4 de dezembro, na Procuradoria-Geral da República, em Brasília-DF, em alusão ao Dia Internacional contra a Corrupção, comemorado em 9 de dezembro. Na ocasião, serão conhecidas as iniciativas educacionais e as ideias de conscientização contra a corrupção que foram mapeadas por meio da Campanha #TodosJuntosContraCorrupção.

Destaque-se também que na última terça-feira, 21 de novembro, na 15ª Reunião Plenária da Enccla, todas as atividades realizadas, em 2017, dentro da Ação 6 foram aprovadas por consenso. Clique aqui para acessar a página da **Campanha #TodosJuntosContraCorrupcao**.

*Assessoria de Comunicação Social do Conselho Nacional do Ministério Público*

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

**MPF irá redobrar ações de combate à corrupção, diz Raquel Dodge**



04/12/2017 - "No Brasil, a corrupção é um fato tão escandaloso que o sentimento de todos os brasileiros e do Ministério Público é de intolerância absoluta. É por isto que nos reunimos aqui para dizer que vamos redobrar o grande esforço já feito até o momento contra a corrupção, para aplicar a Constituição e a lei". A declaração foi feita pela procuradora-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Raquel Dodge (foto), durante o evento referente ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, nesta segunda-feira, 4 de dezembro), promovido pela Câmara de Combate à Corrupção (5ªCCR) do MPF, na Procuradoria-Geral da República (PGR).

Dodge ressaltou a urgência em restabelecer a credibilidade das instituições públicas diante do povo brasileiro: "É o nosso dever constitucional em favor da população e do patrimônio público. E faremos isto juntos. É o que viemos anunciar".

Durante o evento, a PGR assinou três pactos de combate à corrupção envolvendo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério Público Federal (MPF), o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE), a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON) e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC). Os Pactos (Pacto do MP Brasileiro contra a Corrupção, Pacto do MPF e da AMPCON contra a Corrupção e

Pacto do MPF e CNPGC contra a Corrupção) preveem a atuação integrada de órgãos de controle e fiscalização para o combate a crimes de corrupção nas esferas pública e privada.

Segundo Raquel Dodge, os pactos são inéditos e de grande escala. “É certamente um gesto proporcional ao tamanho do problema e ao gigantismo da tarefa. É a primeira vez que todos os procuradores-gerais se reúnem em um mesmo ato contra a corrupção e celebram um pacto de tamanha responsabilidade, já antevendo ilicitudes no ano eleitoral que se aproxima”, avaliou.

A presidente da CNPGC, Cláudia de Oliveira, reforçou que “episódios recorrentes de corrupção evidenciam a necessidade de ações conjuntas”. Para ela, as ações educacionais referentes ao combate à corrupção podem transformar o quadro gravíssimo no qual o país está.

O investimento em ações educativas também foi citado pelo presidente do CNPG, Sandro José Neis, como uma das ações mais efetivas na abertura do diálogo com a sociedade sobre o tema.

Campanha #TodosJuntosContraCorrupção – Durante o evento, a coordenadora da Câmara de Combate à Corrupção, subprocuradora da República Mônica Nicida, e a coordenadora da campanha #TodosJuntosContraCorrupção, promotora de Justiça Luciana Asper apresentaram os resultados dos três meses da iniciativa lançada dentro do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Para incentivar o debate sobre o combate à corrupção, a campanha reconheceu 22 das 90 propostas recebidas. Os certificados de homenagem foram entregues pelo presidente do Fórum Nacional de Combate à Corrupção e conselheiro do CNMP, Silvio Amorim. “Precisamos que a sociedade esteja conosco unida no combate à corrupção. E esse é o momento que podemos lançar as sementes”, afirmou Amorim.

Além das iniciativas, a 5ªCCR exibiu vídeo da Secretaria de Comunicação (Secom) do MPF sobre a atuação do órgão no combate à corrupção. A produção audiovisual apresentou dados das mais recentes operações do Ministério Público Federal, acompanhados de depoimentos de procuradores e promotores responsáveis pelas iniciativas, além da procuradora-geral da República.

Apesar de reconhecer os impactos positivos de iniciativas como a campanha #TodosJuntosContraCorrupção, Mônica Nicida elencou diversos obstáculos no combate à corrupção como a restrição aos acordos de leniência celebrados pelo MPF, iniciativas para impedir a extinção do foro privilegiado e a revogação da execução 'provisória' da pena após decisão em 2ª instância. Sobre o último tema, a coordenadora da 5ªCCR alertou que a revisão do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) poderá prejudicar a eficiência do Judiciário brasileiro: “Esta medida não traz só prejuízo ao processo, mas também gera insegurança jurídica”, salientou.

Além dos signatários dos acordos, participaram da solenidade representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Advocacia-Geral da União (AGU), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional do Ministério Público de Contas (ANMPC), Ministério da Justiça (MJ) e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

*Com informações da Secom/PGR.*

## Inaugurado o 42º laboratório contra lavagem de dinheiro

*Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB) passa a ter 42 unidades em funcionamento e outras 14 em instalação*



Brasília, 12/12/17 - O Ministério da Justiça e Segurança Pública inaugurou nesta terça-feira (12/12) no Ministério Público do Maranhão (MPMA) a 42ª unidade da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB). Ao todo, a Rede é formada por 56 unidades, sendo que 14 encontram-se em fase de estruturação e instalação.

O Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Lab-LD) do MPMA é fruto de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), por intermédio DRCI, que coordena a Rede-LAB. O objetivo é fortalecer as investigações contra crimes que afetem a ordem tributária e a Administração Pública. O Lab-LD utiliza softwares e metodologia de análise e de mineração de dados capaz de fazer cruzamentos de informações em investigações complexas que demandam quebras de sigilo bancário de inúmeras contas, telefônico, telemático ou fiscal de longos períodos temporais.

Pela parceria estabelecida, o DRCI fornece todo o treinamento de pessoal para o manuseio das ferramentas tecnológicas e a capacitação em técnicas de análise. O MPMA foi responsável pela montagem da infraestrutura tecnológica (hardwares, softwares) e da equipe de servidores que atuará no Laboratório.

### **Rede-LAB**

O primeiro Lab-LD, instalado em 2007 no DRCI, foi resultado da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Como o projeto foi bem-sucedido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública iniciou em 2009 a replicação do modelo para outros órgãos Estaduais e Federais. O conjunto destes Laboratórios forma a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-Lab), hoje presente em todos os estados brasileiros. Sua principal característica é o compartilhamento de experiências, técnicas e soluções voltadas para a análise de dados financeiros, e, também, para a detecção da prática da lavagem de dinheiro, corrupção e crimes relacionados.

*Assessoria de Comunicação Social do MJSP*



## Evento reconhece iniciativas populares de prevenção à corrupção

A Campanha #TodosJuntosContraCorrupcao foi um dos resultados da Ação 6 da Enccla



Brasília, 04/12/17 - Brasília, 04/12/17 - Nesta segunda-feira, 4 de dezembro, 22 iniciativas de prevenção primária e de combate à corrupção, mapeadas por meio da Campanha #TodosJuntosContraCorrupcao, receberam certificado de reconhecimento pelo Fórum Nacional de Combate à Corrupção, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A Campanha #TodosJuntosContraCorrupcao foi um dos resultados da Ação 6 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla). A ação tem por objetivo, em 2018, consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção. A campanha lançou edital de chamamento público para selecionar as melhores iniciativas – implementadas ou não – de prevenção primária à corrupção desenvolvidas pela sociedade civil. Ao todo, foram recebidas mais de 90 propostas. As melhores iniciativas receberam certificado.

Os 22 projetos reconhecidos ficarão disponíveis na internet, para permitir a replicação das iniciativas. Na seleção, foram consideradas as ações direcionadas para a formação de cidadãos conscientes e ativos nas ações de controle social.

Veja [aqui](#) as iniciativas premiadas.

*Com informações da assessoria de Comunicação Social do CNMP.*

## Novas ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro são anunciadas

Ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim, defendeu a integração e a tecnologia no combate ao crime organizado. "O desafio é um só e não está ao alcance de uma única instituição"



23/12/2017 - O ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim, defendeu o uso da tecnologia e da integração no combate ao crime organizado durante a 15ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Foram anunciadas 11 novas ações de combate a esses crimes para 2018 na noite desta quinta-feira (23/11), em Campina Grande/PB.

“O desafio é um só e não está ao alcance de uma única instituição. É obrigatória a integração entre os entes dos setores público e privado em busca de maior eficácia nas nossas instituições. Os crimes que estamos aqui a combater implicam necessariamente em tecnologia”, alertou Torquato.

Ao longo desses anos, os trabalhos desenvolvidos pela Enccla trouxeram diversos resultados positivos no combate ao crime de lavagem de dinheiro e às práticas de corrupção como, por exemplo, a lei que define organização criminosa e disciplina diversas técnicas especiais de investigação, entre elas a colaboração premiada (Lei nº 12.850/2013), alterações das leis sobre lavagem de dinheiro (Lei nº 12.683/2012), e a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas (Lei nº 12.846).

Na plenária final desta edição foram feitas duas declarações, uma sobre a necessidade de institucionalizar o Comitê Nacional de Análise de Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo e outra sobre a reforma dos Tribunais de Contas.

Instituída pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2003, sob a coordenação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJIC), a Enccla é formada atualmente por 79 órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil, que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A Estratégia intensifica a prevenção a esses crimes pois soma a expertise de diversos parceiros em prol do Estado brasileiro.

Durante essa semana, os integrantes da Enccla estiveram reunidos em Campina Grande para avaliar os trabalhos desenvolvidos ao longo de 2017 e definir a estratégia para o ano seguinte. As 11 ações definidas pelos 79 órgãos que atuam coordenadamente são:

**Ação 1/2018:** Elaborar e aprovar Plano Nacional de Combate à Corrupção

**Ação 2/2018:** Propor aprimoramento na gestão de bens apreendidos no processo penal e nas ações de improbidade administrativa

**Ação 3/2018:** Elaborar diagnóstico e propor medidas visando fortalecer o combate às fraudes nos contratos de gestão da saúde pública

**Ação 4/2018:** Criar instrumentos para dar publicidade às notas fiscais emitidas para órgãos e entidades de todos os poderes na administração pública em todos os entes da federação

**Ação 5/2018:** Elaborar propostas de medidas voltadas ao combate a corrupção privada

**Ação 6/2018:** Consolidar a estratégia para fortalecer a Prevenção Primária da Corrupção

**Ação 7/2018:** Implementar medidas de restrição e controle do uso de dinheiro em espécie

**Ação 8/2018:** Aprofundar os estudos sobre a utilização de moedas virtuais para fins de lavagem de dinheiro e eventualmente apresentar propostas para regulamentação e/ou adequações legislativas

**Ação 9/2018:** Preparar os sistemas de extração de dados estruturados para a geração de dados estatísticos para a Avaliação Nacional de Risco (ANR) e para as avaliações de organismos internacionais

**Ação 10/2018:** Fortalecer os marcos normativos da atuação da PREVIC e da SPREV no que se refere a entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e a Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

**Ação 11/2018:** Aperfeiçoar a atuação das Polícias Civis na investigação de crimes de lavagem de dinheiro

*Assessoria de Comunicação Social do MJSP*

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)

## Crianças cidadãs marcam Dia Internacional contra a Corrupção

*Evento da CGU premiou alunos e escolas vencedores do 9º Concurso de Desenho e Redação, com participação da Turma da Mônica*



07/12/2017 - Num dos destaques da programação do Dia Internacional contra a Corrupção, a CGU promoveu, hoje (7), a premiação do 9º Concurso de Desenho e Redação, em Brasília. Ao todo, oito alunos e professores de escolas públicas e particulares foram premiados, além de três instituições de ensino reconhecidas na categoria "Escola Cidadã". A cerimônia contou com participação especial e animação dos personagens da Turma da Mônica, ação em parceria com o Instituto Maurício de Sousa.

Com o tema "Todo dia é dia de cidadania", a 9ª edição do concurso promovido pela CGU mobilizou cerca de 410 mil alunos, 14 mil professores e 2 mil instituições de ensino. No período de inscrições, entre abril e setembro de 2017, foram enviados para avaliação 7,6 mil trabalhos. Os alunos autores e os professores orientadores receberam um tablet e certificado. As instituições com a melhor estratégia para debater o tema em sala de aula ganharam um computador cada, além do certificado de reconhecimento.

A diretora Elisângela Gomes, do Centro de Ensino Sesi do Gama (DF), uma das escolas-cidadãs, afirmou que a instituição se preocupa em fazer a diferença na vida dos alunos. "Cada aluno aqui representado não comemora apenas mais um dia, mas sim uma mudança de atitude. Espero que as raízes desse trabalho cresçam e que os nossos frutos sejam colhidos de geração em geração", ressaltou.

O Colégio Batista de Brasília, representado pela diretora Adriana de Carvalho, também foi reconhecido como escola-cidadã. "A corrupção é uma questão de valor. Valor é uma questão de escolha e escolha é uma questão de ética. Que nós possamos colocar em nossos corações as sementes de bons cidadãos", afirmou a diretora.

A premiação contou com as presenças do secretário-executivo, José Marcelo de Carvalho, e da secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção, Claudia Taya. No encerramento, a CGU também anunciou o tema da próxima edição: "Ser honesto é legal".

## Concurso

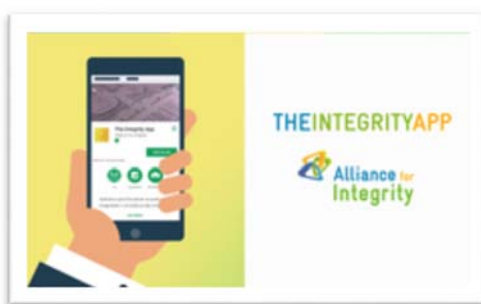
O concurso foi direcionado a estudantes regularmente matriculados em escolas públicas e privadas do país, sendo dividido em 14 categorias. Nas categorias de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, os alunos concorreram com trabalhos do tipo "Desenho". Nas categorias de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, 1º ao 3º do ensino médio, incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), os alunos concorreram com trabalhos do tipo "Redação".

O objetivo da iniciativa foi despertar nos estudantes o interesse por assuntos relacionados ao controle social, à ética e à cidadania, por meio do incentivo à reflexão e ao debate desses assuntos nos ambientes educacionais.

*Informações e imagens: Assessoria de Comunicação CGU.*

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)

## Aplicativo oferece a empresas autoavaliação de medidas de *compliance*



13/12/2017 - O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) participou, no dia 30 de novembro, em São Paulo (SP), da 4ª reunião do Conselho Consultivo da [Alliance for Integrity \(Afin\)](#). Na ocasião, foi apresentado o [TheIntegrityApp](#), uma ferramenta de autoavaliação de *compliance* para empresas, independente do porte. O objetivo é fortalecer a integridade nos negócios realizados entre as companhias, seus fornecedores e o poder público.

O aplicativo traz um questionário de autoavaliação com 25 perguntas, baseadas em normas reconhecidas internacionalmente. Após responder a todas, a empresa recebe uma pontuação de 0 a 100 que indica seu status atual. De acordo com os resultados, são oferecidos conteúdos sobre como implementar ou aprimorar seu programa de *compliance*.

O TheIntegrityApp não funciona como certificação, mas como recurso adicional nas tomadas de decisão quanto aos parceiros comerciais. A sua utilização como ferramenta de gestão também demonstra relevante do compromisso da alta direção da empresa no respeito às leis e aplicação efetiva de políticas de *compliance*, para prevenir a ocorrência de práticas de corrupção.

## Iniciativa global

A Alliance for Integrity é uma iniciativa global de múltiplas partes interessadas, promovida pelo setor empresarial, que busca incentivar transparência e integridade no sistema econômico. A Alliance, criada há três anos, é implementada pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), agência de cooperação técnica alemã.

No Brasil, o conselho consultivo compartilhado com a Transparência Internacional (TI) foi estabelecido em maio de 2016 e é composto por representantes do setor privado (Allianz Seguros, Banco do Brasil, LATAM Airlines Group, Mercedes-Benz, Siemens Brasil), do setor público (CADE e CGU) e sociedade civil (Rede Brasil do Pacto Global e Instituto Ethos).

[Confira, aqui, vídeo explicativo sobre o funcionamento do aplicativo \*TheIntegrityApp\*.](#)

## Tribunal de Contas da União - TCU

### Corrupção tem jeito?

*Desvios, propina, formação de quadrilha, ... com tantas denúncias, a gente se pergunta: será que a corrupção é um problema sem solução? Em dezembro, o TCU lança uma série de produtos sobre combate à corrupção, um dos pilares atuais da atuação do tribunal. Encabeçada pelo #EuFiscalizo especial sobre o tema, traz ainda 10 vídeos baseados Referencial de Combate a Fraude e Corrupção e o lançamento de página temática*



"O corrupto é um ser inconsequente, quanto ao mal que promove ao cidadão. Visa lucros, *status*, mas não sente, o que sente o faminto seu irmão". Os versos do repentista João Santana abrem a edição de dezembro do #EuFiscalizo e levantam uma das consequências mais cruéis da corrupção: a indiferença ao promover o "mal" à sociedade. A edição trata não só do problema, mas do que pode ser feito para evitar ou diminuir a prática da corrupção no Brasil.

Pesquisadores, integrantes de movimentos sociais e de órgãos que atuam no combate à corrupção respondem dúvidas da população e trazem à tona informações que nos ajudam a entender o problema e as possíveis soluções. Uma das matérias é dedicada a explicar como o TCU trabalha para ajudar a resolver e a evitar atos de corrupção.

Uma das estratégias é a formação de parcerias. O secretário-geral de Controle Externo, Cláudio Castello Branco, classifica como "essencial" o papel das investigações realizadas em conjunto com outros órgãos

de controle, especialmente Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Ministério Público e Polícia Federal. “Associando poderes, competências e conhecimentos especializados e distintos, com maior alcance detectivo e punitivo, aumenta-se a expectativa de controle, com resultados preventivos visíveis”, afirma.

O TCU também lança hoje o vídeo [O TCU e o Combate à Corrupção](#) e uma série de [minivídeos](#) elaborados com base no Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção. Outro destaque é a [página na internet](#) dedicada ao tema, resultado da parceria entre Secom, STI e Segecex. Os produtos fazem parte de uma campanha do TCU por meio digital para conscientização e informação do público.

**O que é?** Quebrar a regra do jogo, fazer errado, tirar vantagem, corromper. Em termos gerais, corrupção por ser entendida como infração de norma para atingir objetivos ou vantagens pessoais. A origem da palavra vem do latim *corruptus* que significa deteriorar, quebrar.

Em sentido criminal ou penal, corrupção é tipificada como “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”, para corrupção ativa, e “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”, para corrupção passiva.

Os vídeos estão disponíveis no portal TCU, no [canal do TCU no YouTube](#), e serão transmitidos pela TV Senado e pela TV Câmara.

*Secom/TCU*



Este Boletim é elaborado e divulgado pela Secretaria Executiva da Enccla.  
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional  
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania – Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br) ou 61 2025-8900